



# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 572, DE 2009

~~Senhor Presidente:~~

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de comissão parlamentar de inquérito, composta por onze Senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos determinados, que têm sido amplamente noticiados pelos meios de comunicação e que dizem respeito à Amazônia, a saber:

- 1) o conflito referente à demarcação da Reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras;
- 2) As recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena, notadamente no Estado do Mato Grosso, e a má prestação dos serviços por parte da FUNAI e da FUNASA;
- 3) As áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas e Pará, cujos territórios chegam a 57% (cinquenta e sete por cento), 21% (vinte e um por cento) e 20% (vinte por cento) respectivamente, e no Mato Grosso, cerca de 30% (trinta por cento) das áreas territoriais desses Estados;
- 4) os problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras, etc.
- 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas.
- 6) o alegado aumento do *desmatamento* da Floresta;
- 7) o recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros;
- 8) questões fundiárias e ambientais.

As despesas dos trabalhos da presente comissão parlamentar de inquérito ficam orçadas em R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

## JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira vem acompanhando com atenção diversas questões polêmicas referentes à Amazônia, questões essas que se interconectam.

Assim, há a questão referente à polêmica relativa à demarcação da Reserva indígena Raposa Serra do Sol, que tem provocado controvérsias, debates e mesmo conflitos. Afinal, a demarcação deve se dar em área contínua ou não?

Outrossim, a demarcação das terras indígenas tem relações óbvias com a questão das nossas fronteiras naquela região do País, pois parte das terras indígenas se localizam em regiões de fronteira com outros países. Desse modo, cabe a pergunta: as fronteiras do País estão ameaçadas?

De outra parte, qual o real papel das chamadas ONGs internacionais na questão indígena do nosso País? A sociedade brasileira quer ver respondidas essas e outras indagações.

Por outro lado, o tema relativo ao meio ambiente também tem gerado discussões diversas. Afinal, qual é real dimensão do chamado "desmatamento" da Amazônia? Qual a área ocupada pela pecuária? Qual a área ocupada pela agricultura? Diferentes órgãos públicos e privados fazem afirmações contrastantes sobre o assunto.

Ademais, juntamente com a questão ambiental encontra-se o problema fundiário. Agora mesmo assistimos à discussão relativa à aquisição de terras situadas na Amazônia por parte de estrangeiros. Tais aquisições devem ser limitadas? Em que medida?

Enfim, em face do aumento do interesse dos brasileiros – e estrangeiros – pela Amazônia e em razão do crescimento das questões

relativas à Região é preciso que o Congresso Nacional contribua para o esclarecimento dessas e de outras questões.

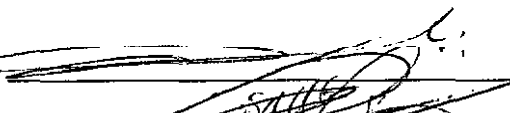


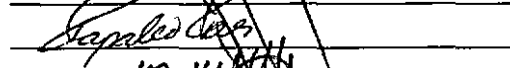






Essas as razões pelas quais estamos apresentando o presente requerimento para a criação de comissão parlamentar de inquérito, pois a experiência recente do Parlamento tem demonstrado ser a CPI o instrumento e o meio mais adequados para o esclarecimento e a investigação de questões relevantes para o País e com potencial conflituoso.

Para que esta Casa legisle sobre as matérias relativas à realidade brasileira, cumprindo o seu papel de legislador é preciso que, preliminarmente, conheça todos os meandros e detalhes dessas matérias. E com a Amazônia não será diferente.

A propósito, o grande jurista PONTES DE MIRANDA nos ensina, quanto à classificação das comissões parlamentares de inquérito, que uma das suas características alternativas é de poderem ser *preliminares à atividade legislativa*. (CF. Comentários à Constituição de 1967, Ed. Revista dos Tribunais, 2ª ed. revista, Tomo III, p. 62)

Enfim, ante todo o exposto, impõe-se a criação da comissão parlamentar de inquérito que ora justificamos, legitimada pelas assinaturas abaixo e destinada a apurar e esclarecer os fatos acima arrolados, no prazo previsto.

Sala das Sessões, 15 de maio de 2009.

1 -		MOZARILDO
2 -		DEMASTRENES TORRES
3 -		ROMEU TOLEDO
4 -		GERALDO ALBUQUERQUE
5 -		APULEIO DIAS
6 -		MARIO COUTO
7 -		NECO ACUTE
8 -		HERACITO FORTES
9 -		JOSE AGRIPINO
10 -		

CPI-da Amazônia

11- ~~Paulo Carlos~~  
 13- ~~Antônio~~  
 14- ~~Carlos~~  
 15- ~~Paulo~~  
 16- ~~Paulo~~  
 17- ~~Paulo~~  
 18- ~~Paulo~~  
 19- ~~Paulo~~  
 20- ~~Paulo~~  
 21- ~~Paulo~~  
 22- ~~Paulo~~  
 23- ~~Paulo~~  
 24- ~~Paulo~~  
 25- ~~Paulo~~  
 26- ~~Paulo~~  
 27- ~~Paulo~~  
 28- ~~Paulo~~  
 29- ~~Paulo~~  
 30- ~~Paulo~~  
 31- ~~Paulo~~  
 32- ~~Paulo~~  
 33- ~~Paulo~~  
 34- ~~Paulo~~  
 35- ~~Paulo~~  
 36- ~~Paulo~~  
 37- ~~Paulo~~  
 38- ~~Paulo~~  
 40- ~~Paulo~~  
 41- ~~Paulo~~  
 42- ~~Paulo~~  
 43- ~~Paulo~~  
 44- ~~Paulo~~  
 45- ~~Paulo~~  
 46- ~~Paulo~~  
 47- ~~Paulo~~  
 48- ~~Paulo~~  
 49- ~~Paulo~~  
 50- ~~Paulo~~  
 51- ~~Paulo~~  
 52- ~~Paulo~~

ROSALBA CIALINI  
 ALTUR VIRGILIO  
 OSMAR DIAS  
 ANTONIO CARLOS  
 EDUARDO AZEVEDO  
 PEDRO SIMON  
 JAESIO JERONIMO  
 CASIMIRO WOLFFER  
 ALVARO DIAS  
 EXPEDIENTES JUNIOR  
 MARCONI PEREIRA  
 FELMIR SANTANA  
 SERGIO SUMA  
 ERICSON MORAES  
 CRISTOVAN  
 JOAO TENORIO  
 WALDIR FLAUMI  
 PAULO DUQUE  
 GIOVANI BORGES (\*)  
 MARCO MAGIEL  
 MARISE SENAR  
 PAULO R. BORGES  
 GILBERTO GOELLNER  
 ELISA RIBATO  
 ALMEIDA LINDA  
 LUCIANA QUINTANILHA  
 ELISEU RESCUE  
 JOSE MACHADO  
 JUDICIO CARLOS JUNIOR  
 NUNO DE CONTO  
 JUDICIO DE AMOR GONCALVES  
 GILM ARRELO

CPI da Amazônia

53 - ~~Fernando Collor~~ - Fernando Collor

54 - ~~João~~ - João

55 - ~~João~~ - João

FERNANDO COLLOR

J. VINCENTE | CLAUDINO

JOÃO

## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**Art. 58.** O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

.....

**§ 3º** As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores

### **Regimento Interno do Senado Federal**

#### **CAPÍTULO XIV**

#### **DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO (Const., art. 58, §3º)**

**Art. 145.** A criação de comissão parlamentar de inquérito será feita mediante requerimento de um terço dos membros do Senado Federal.

§ 1º O requerimento de criação da comissão parlamentar de inquérito determinará o fato a ser apurado, o número de membros, o prazo de duração da comissão e o limite das despesas a serem realizadas.

§ 2º Recebido o requerimento, o Presidente ordenará que seja numerado e publicado.

§ 3º O Senador só poderá integrar duas comissões parlamentares de inquérito, uma como titular, outra como suplente.

§ 4º A comissão terá suplentes, em número igual à metade do número dos titulares mais um, escolhidos no ato da designação destes, observadas as normas constantes do art. 78.

Publicado no DSF, de 16/05/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS: 12717/2009